

# “Se tomo um pileque, dou a vez na direção?”: investigando percepções de adolescentes cabo-verdianos e brasileiros sobre a prevenção de acidentes de trânsito

*“Se tomo um pileque, dou a vez na direção?”: investigating perceptions of cape verdian and brazilian teens on the prevention of traffic accidents*

*“Se tomo um pileque, dou a vez na direção?”: investigando las percepciones de los adolescentes caboverdianos y brasileños acerca de la prevención de accidentes de tráfico*

Júlio Cesar Bresolin Marinho\*

## Resumo

Dirigir sem habilitação e após consumir bebida alcoólica pode gerar graves acidentes de trânsito. A população adolescente necessita de atenção em relação a essa questão. Dessa forma, investigou-se o pensamento dos adolescentes sobre a prevenção de acidentes de trânsito. A pesquisa é qualitativa e utilizou como técnica a realização de grupos focais com o uso de um dilema moral. Participaram 45 adolescentes de Cabo-Verde e do Brasil. Os dados foram analisados mediante técnica da análise do discurso do sujeito coletivo e resultaram na construção de quatro discursos, nos quais foi evidenciada a força da heteronomia moral. Para que o sujeito não se exponha e coloque sua vida em risco em um acidente de trânsito, acredita-se ser necessário que ele se perceba como alguém de valor. Para isso, é preciso o desenvolvimento da autoestima, da autoconfiança e do autorrespeito, bem como a construção de representações de si com valor positivo.

*Palavras-chave:* educação em saúde; educação para o trânsito; adolescentes.

Recebido em: 26/10/2020 – Aprovado em: 12/08/2021

<http://dx.doi.org/10.5335/rep.v28i2.11782>

\* Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Campus São Gabriel (2010). Doutor em Educação em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde – Associação Ampla entre UFRGS/UFSM/Furg (2018), com período sanduíche na Universidade de Cabo Verde – UniCV (Praia, Ilha de Santiago, Cabo Verde, 2015). Integrante do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Meio Ambiente e Sociedade (GPDEMAS/Unipampa) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguagem no Ensino de Ciências (Geplec/UFSJ). Professor Adjunto da Unipampa, Campus São Gabriel, atuando nas disciplinas pedagógicas do Curso de Ciências Biológicas – Licenciatura, e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da UFSM. Na Unipampa, é Coordenador do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas; docente orientador voluntário do núcleo Ciências e Biologia do Programa Residência Pedagógica da Capes; membro titular do Comitê Local de Gênero e Sexualidade; membro titular da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias da Comissão Institucional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (CIFOR). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2313-500X>. E-mail: [marinhojcb@gmail.com](mailto:marinhojcb@gmail.com)

## Abstract

Driving without a license and after drinking alcohol may lead to serious traffic accidents. The teen population needs attention concerning this issue. Therefore, the thought of teens on prevention of traffic accidents was investigated. It consists of a qualitative research and we used the technique of focus groups with the usage of a moral dilemma. 45 Cape Verdian and Brazilian teens participated. Data was analyzed through the use of Discourse Analysis technique of the Collective Subject and it resulted in the construction of four discourses, in which the strength of moral heteronomy was highlighted. For the subject not to be exposed and put at risk his life in a traffic accident, we believe it is necessary that he sees himself as someone worthy. In order to do that, self-esteem and self-respect need to be developed as well as the construction of representations of the self with a positive value.

*Keywords:* health education; traffic education; teens.

## Resumen

Conducir sin licencia y después de consumir alcohol puede causar accidentes de tránsito graves. La población adolescente necesita atención en relación con este tema. Así, se investigó el pensamiento de adolescentes sobre la prevención de accidentes de tráfico. La investigación es cualitativa y, como técnica, se utilizaron grupos focales con el uso de un dilema moral. Participaron 45 adolescentes de Cabo Verde y Brasil. Los datos se analizaron utilizando la técnica de análisis del Discurso del Sujeto Colectivo y dieron como resultado la construcción de cuatro discursos, en los que se evidenció la fuerza de la heteronomía moral. Para que el sujeto no se exponga y ponga en riesgo su vida en un accidente de tráfico, creemos que es necesario que se perciba como alguien valioso. Para esto, es necesario desarrollar la autoestima, la autoconfianza y el respeto propio, así como la construcción de representaciones del yo con valor positivo.

*Palabras clave:* educación para la salud; educación para el tráfico; adolescentes.

## Contextualizando a investigação

O consumo de bebidas alcoólicas por adolescentes é um crescente e associado à direção de veículos, mesmo que em pequenas quantidades, compromete a capacidade de dirigir (SBP DA, 2007). França (2005) apresenta dados do Ministério da Saúde brasileiro que colocam os acidentes de trânsito como a causa externa/violenta que mais mata adolescentes na faixa etária de 10 a 14 anos e a segunda entre 15 e 19 anos, perdendo apenas para homicídios. Nesse contexto, investigar o pensamento dos adolescentes sobre a prevenção de acidentes de trânsito se faz pertinente.

Optou-se por desenvolver este estudo com adolescentes oriundos de dois contextos geográficos e culturais diferenciados, na tentativa de perceber a existência, ou não, de diferenças em relação aos adolescentes de outro país (Cabo Verde), quando comparados aos adolescentes brasileiros. A escolha por adolescentes de Cabo Verde foi propiciada pela oportunidade de mergulhar em outra cultura no período do doutorado sanduíche<sup>2</sup> e por concordar com La Taille (2006, p. 20), quando menciona que:

[...] mesmo em se verificando que, em todas as sociedades, é dado valor à vida, à verdade e à reprodução humana e que, portanto, os comportamentos relacionados a esses valores são objetos de regras, somos forçados a reconhecer que tais regras variam, e muito, de uma sociedade para outra, notadamente em relação ao universo de sua aplicabilidade.

O perfil populacional de Cabo Verde é acentuadamente jovem, visto que 65 pessoas em cada 100 têm menos de 24 anos (ANJOS, 2005), e o alcoolismo configura-se como um grave problema de saúde pública. De acordo com o Primeiro Inquérito Nacional sobre o Consumo de Substâncias Psicoativas no Ensino Secundário (realizado em 2013): “45,4% de estudantes entre 12 e 18 anos já ingeriram álcool pelo menos uma vez na vida”.

A idade mínima para a obtenção de carta de condução em Cabo Verde, pelo artigo 122 do Código de Estrada (CABO VERDE, 2005), depende da habilitação pretendida, sendo necessário um mínimo de: 16 anos, para subcategorias A1 (motociclos de cilindrada não superior a 125 cm<sup>3</sup> e de potência máxima de até 11Kw) e B1 (triciclos e quadriciclos); 18 anos para categorias A (motociclos de cilindrada superior a 50 cm<sup>3</sup>, com ou sem carro lateral), B (automóveis ligeiros ou conjuntos de veículos compostos por automóvel ligeiro e reboque de peso bruto até 750 kg ou, sendo este superior, com peso bruto do conjunto não superior a 3.500 kg, não podendo, neste caso, o peso bruto do reboque exceder a tara do veículo tractor) e B + E (conjunto de veículos compostos por um automóvel ligeiro e reboque cujos valores excedam os previstos para a categoria B); e 21 anos, para as demais categorias.

Em relação ao consumo de álcool em Cabo Verde, embora exista uma lei em vigor que:

[...] proíba a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos, é bem de ver que 45,4% de estudantes entre 12 e 18 anos já ingeriram álcool pelo menos uma vez na vida, como revela o Primeiro Inquérito Nacional sobre o Consumo de Substâncias Psicoativas no Ensino Secundário, realizado em 2013 (CABO VERDE, 2019, p. 692).

A Lei n. 51/IX/2019 proíbe a condução de veículos sob efeito do álcool e considera “estar sob a influência do álcool todo o condutor que apresentar uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 0,5 g/l” (CABO VERDE, 2019, p. 702). A lei também aponta que:

Quem conduzir, violando a proibição estabelecida no artigo 1º, apresentando uma taxa de alcoolemia igual ou superior a 0,5 g/l e inferior a 1,2 g/l é punido, a título de contra-ordenação muito grave, com coima de 25.000\$00 (vinte e cinco mil escudos) a 250.000\$00 (duzentos e cinquenta mil escudos) (CABO VERDE, 2019, p. 702).

No contexto brasileiro, optou-se por produzir os dados junto a adolescentes que cursavam o ensino médio em uma escola da rede estadual de Uruguaiana, RS. A escolha por essa escola se deu por ela possuir uma boa interlocução com a universidade em que o autor do artigo é docente. A universidade realiza diversos projetos com essa escola, a qual procura desenvolver uma organização curricular diferenciada, trabalhando com o estudo da realidade na qual os adolescentes estão inseridos. A escola também organiza cada ano do ensino médio por um foco/tema que articula os componentes curriculares e seus conteúdos.

Em relação à obtenção da habilitação para dirigir veículos no Brasil, o Código de Trânsito, em seu artigo 140, estabelece como requisitos: ser penalmente imputável; saber ler e escrever; possuir carteira de identidade ou equivalente (BRASIL, 1997). Um dos critérios consiste em “ser penalmente imputável”, assim obriga o sujeito a já ter completado 18 anos de idade, visto que, segundo a Constituição federal (BRASIL, 1988), são penalmente inimputáveis os menores de 18 anos.

Assim como em Cabo Verde, no Brasil, o artigo 165 do Código de Trânsito apresenta que dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência configura-se como uma infração gravíssima, gerando como penalidade multa e suspensão do direito de dirigir pelo período de 12 meses (BRASIL, 1997). Já no artigo 306, estipula que conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência gera pena de detenção (de seis meses a três anos), multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor (BRASIL, 1997).

Pode-se observar que tanto em Cabo Verde como no Brasil, para se conduzir automóveis, é necessário ter mais de 18 anos de idade e é proibida a condução de veículos sob efeito do álcool. No entanto, questiona-se se a existência de uma lei que proíbe menores de dirigir, bem como de uma que proíbe a condução de veículos estando alcoolizado, é capaz de inibir os adolescentes. Assim, concebe-se que atividades de educação para trânsito e educação em saúde, aliadas a essas leis, tornam-se importantes para conscientizar o sujeito adolescente.

No que tange à educação para o trânsito, Faria e Braga (1999) evidenciaram que, no Brasil, existem dois tipos de abordagens: 1) em algumas cidades, é abordada como uma disciplina específica; 2) outras adotam o conceito de interdisciplinaridade, o tema de educação para o trânsito não constitui uma nova disciplina, sendo abordado em todas as disciplinas. No entanto, os autores visualizam que a prática

brasileira na educação para o trânsito é falha por diversos motivos, os quais são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Motivos pelos quais a prática brasileira da educação para o trânsito é falha

- Fundamenta-se na experiência estrangeira, que, principalmente, ensina como se “safar dos perigos do trânsito”, sem estudos necessários para sua adaptação à nossa realidade;
- a maioria das escolas aborda o tema trânsito apenas no seu aspecto cognitivo, não atendendo, desta forma, às suas peculiaridades, que exigem uma sensibilização quanto aos seus aspectos éticos, à importância da cooperação no trânsito, ao respeito aos direitos dos outros, etc.;
- acredita-se que o ensino das regras de trânsito e das consequências legais da sua inobservância sejam suficientes para modelar o comportamento dos alunos, quando forem futuros motoristas;
- as abordagens pedagógicas utilizadas nesta área são desenvolvidas de acordo com uma concepção tradicional, em que os técnicos/adultos identificam os conceitos e os aspectos do tema, bem como produzem os instrumentos necessários para tanto;
- por essa concepção, o ponto de vista, a percepção e a expectativa do público a atingir não são pesquisados, tampouco levados em consideração, e o tema é abordado somente de forma cognitiva, o que nem sempre resulta na adoção de comportamentos adequados no trânsito ou na mudança de comportamento;
- o ensino da educação para o trânsito também sofre reflexos da situação da educação em geral, em que muitas crianças ainda não têm acesso à escola: baixa remuneração, falta de incentivo e de reciclagem dos professores; ausência de materiais e instalações satisfatórias.

Fonte: Faria e Braga (1999, p. 104-105).

Em relação à educação em saúde, o seu modo de estruturação deve residir no proposto por Marinho e Silva (2018), que visa uma compreensão. Para os autores, nesse modo de estruturação, a saúde é concebida como um bem-estar em um conjunto, considerando o físico e o mental. A saúde possui um lugar legítimo no currículo, e a percepção transversal e interdisciplinar da questão é levada em conta. Sobre as práticas educativas, postulam que as atividades são organizadas de forma articulada entre profissionais da saúde e professores, o diálogo e as atividades com caráter investigativo são técnicas profícuas para o alcance dos objetivos. Por fim, o modo de estruturação que visa uma compreensão concebe a aprendizagem como uma mudança de pensamento, na qual várias possibilidades são apresentadas, oportunizando a escolha e favorecendo o desenvolvimento da autonomia do sujeito.

Assim, com o que foi exposto, a questão de pesquisa reside em compreender: quais as percepções morais e éticas nos discursos de adolescentes cabo-verdianos e brasileiros no que tange à prevenção de acidentes de trânsito?

## “Traçando a rota”: a aposta teórica da investigação

Piaget é pioneiro ao utilizar um enfoque construtivista para o estudo moral. Sua ideia, no que tange ao desenvolvimento moral, reside na passagem da hete-

ronomia para autonomia. Caracteriza a primeira como resultado da coação moral, marcada pelo respeito unilateral, que “é a origem da obrigação moral e do sentimento do dever: toda ordem, partindo de uma pessoa respeitada, é o ponto de partida de uma regra obrigatória” (PIAGET, 1994, p. 154). Quando as relações de coação dão lugar a relações cooperativas, “o respeito unilateral dá lugar ao respeito mútuo ou recíproco, graças ao qual se abre o caminho para a conquista da autonomia moral pelo sujeito” (FREITAS, 2002, p. 19). Piaget (1994, p. 155) entende que existe autonomia moral quando “a consciência considera como necessário um ideal, independentemente de qualquer pressão exterior”. Dessa forma, ter certa postura ou realizar determinada ação pelo simples fato de existir uma lei que determina (Código de Trânsito, por exemplo) não configura uma postura autônoma, visto que se deve ter uma internalização dessa lei, para que seja incorporada à consciência do sujeito.

No que tange às definições para os vocábulos moral e ética, constata-se que essas são diversas e possuem variação dependendo da aposta teórica adotada. Neste estudo, compreende-se moral e ética segundo La Taille (2006), o qual, em linhas gerais, estabelece que moral configura-se como um sistema de regras e princípios que corresponde à indagação para a pergunta: “Como devo agir?”. Já a reflexão ética procura responder: “Que vida quero viver?”, ocupando-se assim da questão da felicidade ou da vida boa. Para o autor, moral relaciona-se com deveres e ética, com a busca de uma vida boa, uma vida que “vale a pena ser vivida”.

Em relação ao plano moral, La Taille (2006, p. 53-54) concebe que age moral quem assim o quer, pois não se pode dissociar “dever” do “querer”, e nos ilustra da seguinte forma:

Se legítimo a regra que diz ser um dever ajudar as pessoas necessitadas, abduco da liberdade de ir passear tranquilamente no bosque, se alguém precisar de minha ajuda. E isso vale para todas as regras morais: ao dizerem o que se deve fazer, elas limitam o campo das ações possíveis, portanto, limitam a liberdade. Porém, como já vimos, somente age moralmente quem se sente intimamente obrigado a tal, e não quem é coagido por algum poder exterior. Logo, o sujeito moral é, por definição, livre, porque é ele mesmo quem decide agir por dever.

A exemplificação apresentada possibilita compreender por que “somente é moral quem assim o quer”, visto que considera o sujeito moral livre, pois é o próprio sujeito que optou por agir guiado pelo dever e, ao realizar essa escolha, acaba tendo limitações no campo das ações possíveis. Ao relacionar tal constatação ao campo da educação em saúde, infere-se que um adolescente que zele pela sua saúde, tendo uma vida saudável, possui grande apreço por ela, atribuindo um valor muito significativo a si, de forma que procura se preservar na tentativa de ter uma vida boa.

Para que o sujeito consiga se atribuir valor significativo, é necessária a construção das representações de si com valor positivo (LA TAILLE, 2009), para que assim seja possível o desenvolvimento da autoestima, da autoconfiança e do autorrespeito.

No que tange ao plano ético, La Taille (2006) avalia que viver uma vida que faça sentido reside em condição necessária para a “vida boa”, seja ela qual for, e, assim, acabamos por encontrar um elemento essencial à definição do plano ético. O autor consegue ir mais além e postula que, ao escolher um sentido para a vida e formas de viver, o sujeito acaba se definindo como ser, dessa forma, ele acredita que a resposta para o “como viver?” deve permitir a realização da expansão de si próprio. Ele compreende a expressão “expansão” como uma busca de novos horizontes de ação, uma busca da superação de si próprio, para conseguir enxergar a si próprio como uma pessoa de valor. Acaba, assim, por visualizar que ver a si próprio como pessoa de valor é condição necessária para o gozo da felicidade, da “vida boa”.

Para compreender os comportamentos morais dos indivíduos, La Taille (2006, p. 51) assevera que precisamos conhecer a perspectiva ética que adotam e afirma que:

[...] somente sente-se obrigado a seguir determinados deveres quem os concebe como expressão de valor do próprio eu, como tradução de sua auto-afirmação. Em suma, identificamos na ‘expansão de si próprio’ e no valor decorrente atribuído ao eu a fonte energética das ações significativas em geral, e das ações morais em particular. Em poucas palavras, identificamos no plano ético as motivações que explicam as ações no plano moral.

Assim, o sentimento de obrigatoriedade moral depende da expressão do valor do próprio eu. Evidencia-se que o sentimento de autorrespeito acaba unindo os planos moral e ético, considerando que o sujeito que respeita a moral respeita a si próprio. Assim, entende-se que o adolescente que se percebe como sujeito de valor irá cuidar de sua saúde, procurando se afastar das condutas de risco. Porém, se esse adolescente não se percebe como um sujeito de valor, pode acabar por não ter um cuidado mais acurado com sua saúde, pois não visualiza importância no zelo para consigo.

## “É hora de dar a partida”: detalhando a investigação

A pesquisa configurou-se como explicativa, pois procurou identificar as causas do fenômeno estudado através da interpretação possibilitada por métodos qualitativos (SEVERINO, 2007). Nos próximos itens, detalham-se: os participantes do estudo; a técnica de pesquisa empregada; o instrumento de pesquisa utilizado; e a técnica utilizada para analisar os dados.

## Os “passageiros”: participantes do estudo

Participaram do estudo 45 adolescentes imersos em contextos geográficos distintos: adolescentes africanos da Cidade da Praia (Ilha de Santiago, Cabo Verde) que estavam cursando o ensino secundário e adolescentes brasileiros que estavam cursando o ensino médio regular. O processo de recrutamento dos participantes foi realizado pelas escolas em que os adolescentes estudavam, as quais foram contatadas previamente pelos pesquisadores.

Nos dois países, em um primeiro momento, o projeto foi apresentado à direção de cada escola, para saber se autorizava a realização do estudo na sua instituição. Após a autorização, solicitou-se que as escolas selecionassem de 10 a 12 adolescentes de ambos os gêneros, na faixa etária de 14 a 18 anos, para integrar os grupos. No Cabo Verde, foram contatadas 3 escolas que aceitaram participar. Elas estavam localizadas em três diferentes localidades da Cidade da Praia. Já no Brasil, foi contatada uma escola que aceitou participar da investigação, tal escola é da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul (RS) e situa-se em um bairro da periferia.

Salienta-se que, para o desenvolvimento da investigação, obteve-se autorização de todas as escolas envolvidas e os adolescentes que aceitaram participar dos grupos focais receberam um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) para que seus responsáveis assinassem, consentindo com sua participação.

## Grupo focal como técnica de pesquisa

Para a produção de dados, utilizou-se a técnica do grupo focal, a qual possibilita compreender informações de naturezas diferentes, envolvendo conceitos e preconceitos, opiniões e ideias, valores, sentimentos e ações dos participantes a respeito de determinado assunto (GATTI, 2005). A possibilidade de trazer à tona o pensamento dos adolescentes através da abertura proporcionada a eles, em um grupo de pares, faz a técnica de grupo focal ser pertinente à investigação.

Foram realizados 5 grupos focais (Quadro 2), todos no ano de 2015, em salas das próprias instituições frequentadas pelos adolescentes, em período previamente agendado. No início de cada grupo focal, os adolescentes foram dispostos em círculo, para facilitar o contato visual de todos. Após, foi realizada a apresentação do pesquisador e dos adolescentes, bem como foi apresentada a dinâmica da discussão.

Quadro 2 – Organização e características dos grupos de adolescentes

Contexto	Idade	Número de participantes
Cabo Verde	14 – 15 anos	10 (3 gênero masculino e 7 gênero feminino)
	16 – 17 anos	10 (5 gênero masculino e 5 gênero feminino)
	14 – 17 anos	10 (4 gênero masculino e 6 gênero feminino)
Brasil	16 – 18 anos	7 (2 gênero masculino e 5 gênero feminino)
	14 – 17 anos	8 (2 gênero masculino e 6 gênero feminino)

Fonte: elaboração do autor, 2015.

## A utilização de dilema moral como instrumento de pesquisa

A aposta para mobilizar os grupos e fomentar uma discussão mais aprofundada das questões referentes à prevenção de acidentes de trânsito residiu na utilização de um dilema moral. Concebeu-se que a opção pelos grupos focais como técnica para produção de dados e o dilema como instrumento possibilitariam a obtenção de opiniões mais espontâneas e verdadeiras, fugindo de discursos programados que muitas vezes são obtidos em pesquisas que utilizam entrevistas estruturadas.

Os dilemas morais, em linhas gerais, “se constituem em narrativas breves de situações envolvendo conflitos de natureza moral que encerram valores diferentes” (GONÇALVES, 2015, p. 96). Kawashima, Martins e Bataglia (2015, p. 220) apontam que os dilemas apresentam situações que “não oferecem uma única solução, obrigando o sujeito a refletir, argumentar e justificar racionalmente a alternativa que lhe parece mais justa”.

Para elaborar o dilema, levou-se em conta as orientações de Puig (1988): definir com clareza o âmbito do dilema; definir um protagonista; propor uma escolha; propor temáticas morais; perguntar pelo que “deveria fazer” o protagonista e “por que” deveria fazer; formular outras perguntas e dilemas alternativos. Para discutir a temática relacionada à prevenção de acidentes de trânsito com os adolescentes, elaborou-se um dilema moral, o qual pode ser visto a seguir:

Pedro é um adolescente de 16 anos que não possui CNH (Carteira Nacional de Habilitação), sendo assim, não pode dirigir. Pedro está em sua casa bebendo com os amigos e tem a ideia de pegar o carro de seu pai para sair com eles, dar uma volta no centro da cidade. O que Pedro deve fazer? Por quê?

Tal dilema se classifica como real, visto que seu conteúdo se refere a problemas que os sujeitos conhecem de perto ou já experimentaram de forma direta (PUIG, 1988). Optou-se pela elaboração desse tipo de dilema porque se refere às próprias vidas dos sujeitos envolvidos na pesquisa. “Tais exercícios são muito úteis porque

asseguram ao máximo a implicação pessoal de quem os discute, mesmo que às vezes essa mesma implicação acarrete também sérias dificuldades e entraves emocionais” (PUIG, 1988, p. 59).

Quando os dilemas foram apresentados nos grupos focais, os adolescentes tiveram que se posicionar e explicar como agiriam se estivessem expostos a tal situação. Para apresentar os dilemas, realizaram-se os seguintes procedimentos:

- 1º) foi realizada a leitura oral da história com o grupo, bem como distribuído o texto com o dilema impresso;
- 2º) foi questionado se o dilema tinha ficado claro e se não tinham nenhuma dúvida relacionada à situação;
- 3º) não existindo dúvidas, foi solicitado que os adolescentes realizassem a leitura do dilema para si mesmos e, após, explicassem o conflito pela ótica do protagonista.

Finalizado esse momento introdutório, partiu-se para a discussão do dilema moral propriamente dito, que sempre partiu da questão “o que o protagonista deveria fazer”. Os adolescentes puderam expressar suas opiniões acerca do dilema, bem como confrontar pontos de vista diversos sobre um mesmo problema moral (PUIG, 1988), por isso, julgou-se a utilização de dilemas como instrumento potencializador para o desenvolvimento dos grupos focais.

## Utilizando um “GPS” potente: discurso do sujeito coletivo como técnica de análise

O registro das interações foi feito com auxílio de uma filmadora. Os dados registrados foram transcritos pelo pesquisador e analisados mediante técnica de análise do discurso do sujeito coletivo (DSC) (LEFEVRE; LEFEVRE, 2005, 2012), a qual:

[...] consiste em uma série de operações sobre a matéria-prima dos depoimentos individuais ou de outro tipo de material verbal (artigos de jornais, revistas, discussões em grupo etc.), operações que redundam, ao final do processo, em depoimentos coletivos, ou seja, constructos confeccionados com estratos literais do conteúdo mais significativo dos diferentes depoimentos que apresentam sentidos semelhantes (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012, p. 17).

Desse modo, a partir dos depoimentos dos adolescentes nos grupos, foram construídos os discursos coletivos, os quais foram resgatando todas as ideias que emergiram das discussões. Lefevre e Lefevre (2014) mostram que, no DSC, as opiniões de cada indivíduo, as quais apresentam sentidos semelhantes, são reunidas em categorias semânticas gerais, como em qualquer técnica de categorização. O

diferencial dessa metodologia é que “a cada categoria estão associados os conteúdos das opiniões de sentido semelhante presentes em diferentes depoimentos, de modo a formar com tais conteúdos um depoimento síntese” (LEFEVRE; LEFEVRE, 2014, p. 503).

Para a construção dos discursos coletivos, o DSC utiliza quatro operadores, que são detalhados no Quadro 3.

Quadro 3 – Caracterização dos operadores do DSC

Operadores do DSC	Caracterização
Expressões-chave (ECHs)	Buscam resgatar a literalidade do depoimento. Consistem em pedaços, trechos, segmentos contínuos ou descontínuos do discurso. Devem ser selecionadas pelo pesquisador e revelar a essência do conteúdo do discurso. Refinam o discurso retirando o que é irrelevante, não essencial, secundário, para ficar o mais próximo possível com a essência do pensamento, tal como ele aparece, literalmente, no discurso analisado.
Ideias centrais (ICs)	Também conhecidas como categorias, são um nome ou expressão linguística que revela e descreve, da maneira mais sintética, precisa e fidedigna possível, os sentidos das ECHs dos discursos analisados e de cada conjunto homogêneo de ECHs.
Ancoragem (AC)	São a expressão de uma dada teoria ou ideologia que o autor do discurso propala e que está embutida no seu discurso, como se fosse uma afirmação qualquer.
DSC	Discurso-síntese redigido na primeira pessoa do singular e composto pelas ECHs que têm a mesma IC ou AC.

Fonte: elaboração do autor com base em Lefevre e Lefevre (2005, 2012).

Para construir os DSCs, primeiramente foram identificadas as ECHs e nomeadas as ICs/ACs presentes no material que foi transcrito. Foram analisadas todas as ICs/ACs agrupando por semelhanças em categorias e, por fim, foram construídos os discursos-síntese (DSCs), reconstruindo, com trechos de cada discurso singular, tantos discursos-síntese quantos se julgaram necessários para expressar uma representação social sobre o fenômeno (LEFEVRE; LEFEVRE, 2005). As ICs e as ACs que foram agrupadas por semelhanças na mesma categoria foram aglutinadas e organizadas para construção do discurso na primeira pessoa do singular. Para dar maior fluidez ao discurso, foram utilizados conectivos (assim, então, logo, enfim etc.).

Os dados obtidos nos grupos focais desenvolvidos em Cabo Verde e no Brasil resultaram na construção de quatro DSCs, dois oriundos de cada contexto, os quais serão apresentados na sequência.

## “Acelerando”: apresentação dos DSCs, resultados e discussões

Optou-se por apresentar os resultados, inicialmente, de forma descritiva (mais geral), articulando a análise com auxílio de pesquisas das áreas do ensino e da saúde. Em um segundo item, são aprofundadas as análises e apresentada a análise referente à moral e à ética nos discursos dos adolescentes no que tange à prevenção de acidentes no trânsito.

### Os discursos e as análises gerais

Apresentam-se, inicialmente, os discursos contrários ao ato de conduzir o veículo sem habilitação e após consumir bebida alcoólica, nos dois contextos (DSC 1CV e DSC 1BR):

#### **DSC 1CV – Caso beber, não dirijas**

Isso representa uma falta de responsabilidade, porque está a tomar medidas erradas e as coisas que ele quer fazer não é certo. Porque ele é um menor, estar a beber. Quer apanhar o carro do pai e dar uma volta na cidade e não tem a carteira. E mesmo que ele não tivesse 16 anos, tivesse mais idade, só pelo fato de estar bebendo isso já não seria algo correto porque, caso beber, não dirijas. Quando se bebe muito álcool, a visão vai ficando distorcida, assim a maior irresponsabilidade não seria pegar o carro, mas sim de conduzir o carro bêbado. Existem muitas consequências. Imagine. Eu estar bêbado, saio com o carro, se a polícia me parar, tem também consequências com a polícia. Pode apanhar um acidente, pode ficar ferido, não só ele, mas os amigos também, como outras pessoas que nem estiveram na convivência em que ele estava. Ele pode matar uma pessoa, os amigos podem morrer e a bebida faz mal à saúde. E não só o acidente e as consequências físicas, mas também isso vai quebrar a relação que se tem com os pais, os pais não têm mais confiança nos filhos e tem uma série de consequências. A pessoa se torna uma pessoa inconfiável: eu não vou mais depositar minha confiança numa pessoa irresponsável, que não dê limites aos seus atos. Então, o que deve ser feito é não apanhar o carro, pedir autorização, precaver a usar o álcool. Ele deveria refletir antes de praticar a ação.

#### **DSC 1BR – Não vale a pena correr esse risco**

Isso é errado, por envolve álcool com direção. É uma ideia irresponsável por ele não ter habilitação. Ele pode prejudicar a vida de outras pessoas, e o carro do pai dele fica perdido também. Sem falar que, se ele provoca algum acidente, além que ele pode matar uma pessoa, pode ser preso. Ele vai ser preso. Devido ao álcool, talvez, vão optar por fazer isso, mas alguns podem pensar com a cabeça e não fazer. Não vale a pena correr esse risco, tu é jovem ainda, pode perder a vida. Tá louco. 16 anos ainda. Tem toda uma vida pela frente.

Pelos DSCs apresentados, evidenciam-se similaridades nos dois contextos. Em ambos os discursos, existe a ideia de o adolescente ter um pensamento irresponsável, pelo fato de que, se pegar o carro bêbado, pode causar acidentes, ferir ou matar pessoas, bem como ser preso. Particularidades também são evidenciadas, no DSC 1CV, produzido com dados oriundos de Cabo Verde, nos quais emerge o pensamento

que, se o adolescente pegar o carro, ele vai estar perdendo a confiança do pai. Já no DSC 1BR, é acentuada a ideia de o adolescente ser muito jovem para perder a vida.

Para além dessas primeiras impressões, se for analisada de forma mais pormenorizada a discursividade, evidencia-se que os adolescentes, em ambos os contextos, apresentam motivos racionais para o protagonista do dilema não utilizar o carro, como: “ele é um menor, estar a beber”; “caso beber, não dirijas”; “não tem a carteira”. Os fatores de risco mencionados pelos participantes da pesquisa ilustram um conhecimento do grupo, pois se posicionam dizendo que, antes de ele pensar em dirigir, a situação já está errada por ele ser um menor e estar a consumir bebidas alcólicas. Fatores de risco podem ser entendidos como “elementos com grande probabilidade de desencadear ou associar-se ao desencadeamento de um evento indesejado, não sendo necessariamente fator causal” (BENINCASA; REZENDE, 2006, p. 242). Além do fator de risco “bebida”, os adolescentes também mencionaram o fato de o adolescente não possuir habilitação como algo que impossibilita a ação de ser concretizada.

No DSC 1CV, é mencionado que a bebida faz mal para a saúde, bem como são apresentados os efeitos que o álcool causa no sujeito e que acabam por dificultar a condução de veículos. Prevedello, Pereira, Souza e Ferreira (2016) evidenciam que os adolescentes investigados em seu estudo tinham ciência dos efeitos do uso do álcool, bem como reconheceram os impactos, danos e consequências do uso do álcool, como os acidentes de carro. Tal questão é corroborada no discurso produzido, visto que se observa que os adolescentes possuem domínio das informações sobre os riscos de dirigir alcoolizado. Nesse mesmo discurso, são apresentadas diversas consequências que o fato de dirigir alcoolizado pode vir a trazer para o protagonista do dilema: problemas com a polícia; sofrer um acidente; ficar ferido e ferir pessoas; matar alguém; quebrar a relação de confiança com os pais. As consequências identificadas nesse DSC foram ampliadas em relação às identificadas no estudo de Benincasa e Rezende (2006), as quais consistiram em: morrer, machucar-se, matar e machucar os outros, bem como ter problemas com os pais. Na investigação desses autores, os adolescentes não apontaram “problemas com a polícia” como uma consequência dos acidentes de trânsito.

No discurso “não vale a pena correr esse risco” (DSC 1BR), os adolescentes apresentam como consequências que podem vir a ocorrer, caso o protagonista do dilema opte por pegar o carro, as seguintes: prejudicar a vida de outras pessoas; perder o carro do pai; provocar acidente; matar uma pessoa; ser preso. Tais consequências se aproximam das identificadas no DSC 1CV. Por fim, percebe-se que,

nesse discurso, a ideia de o protagonista ser muito jovem para perder a vida, tendo toda uma vida pela frente, apresenta uma força para a não concretização da ação. Tal ideia foi identificada nos estudos de Rodriguez e Kovács (2005a) e Barbosa, Melchiori e Neme (2011). Os primeiros apresentam o relato de um adolescente do seu estudo que diz o seguinte: “quero morrer com mais de 80 anos, quero primeiro viver e depois pensar na morte” (RODRIGUEZ; KOVÁCS, 2005a, p. 139), ficando clara uma suposição de que a morte ocorre só para idosos. Barbosa, Melchiori e Neme (2011, p. 178), ao estudarem o significado da morte, evidenciaram relatos de adolescentes que visualizam a morte como aniquiladora dos projetos de vida, como pode-se visualizar no seguinte depoimento: “Eu ainda não fiz tudo o que eu queria. Eu tenho muita coisa para fazer ainda e não quero morrer sem fazer isso. Tenho tantos sonhos”.

Apresentam-se, a seguir, os discursos coletivos favoráveis à realização da ação pretendida pelo adolescente (DSC 2CV e DSC 2BR):

#### **DSC 2CV – Vamos curtir, não vai acontecer nada**

Se eu tivesse no lugar do Pedro, eu faria o mesmo – pegaria o carro, pois estaria bêbado com meus amigos, mas, se eu fosse mais responsável, não faria isso. Talvez ele resolveu ter essa ideia por influência dos amigos. Ambos querem se divertir, então eles vão dizer “vamos, pegue o carro, pois assim vamos nos divertir mais, as miúdas vão gostar”. Ele vai pensar “eles têm razão”. Os amigos deveriam dizer “não vamos fazer isso, é perigoso”, mas acho que a influência fala mais alto. Podia haver uma opção mais responsável, mas, no grupo, as pessoas podiam dizer “ah, deixa de coisas, vamos curtir, não vai acontecer nada”, e eles acabavam por ir. Eu acho que não é fácil na situação do Pedro de decidir porque é, por exemplo, se eu estou com uns amigos e eles disserem para pegar o carro do pai e se eu disser que não posso pegar, eles vão dizer que não é fixe<sup>4</sup>, não vou me dar com ele mais. Para decidir num momento, é muita, muita personalidade mesmo. É uma pessoa que não importa se vai ter uns amigos após a festa. Normalmente, quem faz isso são pessoas que pedem muito daquele apoio no grupo, principalmente na adolescência, nós que precisamos muito daquela afetividade, de estar inserido no grupo. Sempre existe a pessoa no grupo que tem, podemos dizer, mais adrenalina. Não sei muito bem explicar, é mais insistente: “Vamos, temos que ir, não vai acontecer nada, vamos tentar”. E mesmo tendo talvez a consciência de “ah, e caso acontecer?”, mas fica mais para o lado positivo e pensa “ah, não vai acontecer nada, é só essa vez, ninguém vai saber”. Então, às vezes, nem é porque não é amigo de verdade, é simplesmente para satisfazer a curiosidade, o calor da emoção.

#### **DSC 2BR – Iriam fazer no calor do momento**

Possivelmente, iriam fazer, porque estão bêbados. Isso influencia muito, pois, na hora que ele tá assim, vamos dizer assim, um pouquinho alterado assim, aí, no caso, a gente tá fazendo as coisas, e quando a gente vê, não tem noção do que pode acontecer. Fica meio inconsciente dos atos. Ainda mais na influência dos amigos. Se ele teve a ideia ou se ele comentou com os amigos, com certeza os outros vão instigar ele a fazer isso. Eles estão numa rodinha bebendo, ninguém vai falar não. Se estivesse tudo bêbado, é óbvio que a gente ia sair, com certeza. A idade também interfere. Se fossem mais velhos, talvez tivessem uma ideia mais racional. Eu, nesse contexto, teria, infelizmente essa atitude irresponsável. Ia querer me aventurar sem responsabilidade, sem medir o que pode ocorrer, as consequências dos atos. No calor do momento, quer se divertir com as amizades.

Em um primeiro momento, evidencia-se, nos dois discursos, uma justificativa no fato de estarem bebendo e na influência dos amigos para a escolha por realizar o ato pretendido pelo protagonista do dilema. Cruz, Silva e Teixeira (2015) apontam que essa associação álcool-direção aumenta a vulnerabilidade a riscos na adolescência e tal mistura é um dos principais fatores para a ocorrência de acidentes desastrosos.

No DSC 2CV, emerge a questão da dependência do grupo para o adolescente como um fator importante para a escolha, pois, caso não realize o que foi idealizado, demonstra temer pelo abandono dos amigos. Santrock (2014) corrobora essa ideia apontando que os adolescentes possuem uma forte necessidade de estarem ligados e serem aceitos pelos amigos e pelo grupo de pares. O autor evidencia que, quando os adolescentes são aceitos, isso pode resultar em sentimentos prazerosos, porém, quando são excluídos e menosprezados, podem apresentar estresse e ansiedade. Nesse discurso, também emerge o sentimento de onipotência muito próprio do adolescente, com a máxima do “não vai acontecer nada”. A investigação de Rodriguez e Kovács (2005b), sobre as altas taxas de mortalidade na adolescência, evidenciou que a própria morte não é motivo de preocupação dos adolescentes, pois predomina a ideia de imortalidade e onipotência, a qual também emerge nos dados do estudo. Sampaio Filho, Sousa, Vieira, Nóbrega, Gubert e Pinheiro (2010, p. 511) evidenciaram que o pensamento abstrato se encontra imaturo nos adolescentes, fazendo com que estes se “sintam invulneráveis, se expondo a riscos sem prever suas consequências”.

No discurso “iriam fazer no calor do momento” (DSC 2BR), os adolescentes concebem que o fato de o protagonista do dilema ser muito jovem acaba implicando nessa escolha, pois acreditam que “se fossem mais velhos, talvez tivessem uma ideia mais racional”. Dessa forma, iam pegar o carro, mesmo alcoolizados, para se aventurar, divertir-se, sem pensar no que possa vir a acontecer. Rodriguez e Kovács (2005b) auxiliam na compreensão de tal pensamento no momento em que evidenciam uma linha tênue entre o prazer e a autodestruição na adolescência, pois, na maioria das vezes, os adolescentes não conseguem ter essa compreensão. Rodriguez (2005, p. 97), sobre isso, expõe que “no momento do prazer, os adolescentes não pensam nas consequências de seus atos, a possibilidade de autodestruição não é considerada a não ser quando enfrentam uma situação concreta e chocante”. O estudo de Benincasa e Rezende (2006) expõe que existe uma falta de oportunidade para a reflexão dos adolescentes no que tange aos riscos que se encontram expostos diariamente, pois evidenciaram que, mesmo eles já tendo escutado “sobre os danos provocados

pela associação de álcool e direção, relataram nunca terem pensado sobre como suas atitudes os deixam expostos” (BENINCASA; REZENDE, 2006, p. 254).

## Análise da moral e da ética nos discursos dos adolescentes

A obediência às normas socialmente instituídas, como ter habilitação após os 18 anos e a proibição da condução de veículos após ter consumido bebidas alcoólicas, permite evidenciar a força da heteronomia moral em ambos os discursos que são contrários ao fato de os adolescentes conduzirem o carro alcoolizados (DSC 1CV e DSC 1BR), visto que a heteronomia configura-se como a moral da obediência, da regra, do dever, tendo a lei como seu império (LA TAILLE, 2001). A posição heterônoma também fica evidente quando os adolescentes mencionam que podem ser abordados pela polícia (DSC 1CV) ou até virem a ser presos (DSC 1BR). Evidenciam-se, assim, os traços heterônomos na medida em que o cumprimento da regra se dá em função do outro, considerado como autoridade ou hierarquicamente superior. Nota-se que não se trata de um regramento interno dos adolescentes, nem o cumprimento de uma regulação pelos pares, mas de uma obrigação estruturada a partir de alguém considerado como uma figura de autoridade, o que é um traço tipicamente heterônomo. Evidencia-se que os adolescentes pensam em deixar de realizar tal ação movidos pelo medo de sanções que possam vir a receber caso sejam pegos, o que demonstra a carência de um sentimento de obrigatoriedade forte para delinear a conduta que previna acidentes no trânsito.

No DSC 1CV, a expressão “caso beber, não dirijas” ilustra o exemplo de uma regra que é reproduzida muitas vezes, mas que acaba por carecer de interiorização pelos adolescentes, fazendo com que isso seja pouco significativo para esses sujeitos. Tal fato ocorre por uma limitação própria das regras – o fato de elas nos dizerem o que fazer, mas não “por que” fazer (LA TAILLE, 2009, 2013). O autor acredita que “quem se limita ao conhecimento das regras morais não somente fica, na prática, sem saber como agir em inúmeras situações (porque não há regras explicitadas para todas) como corre o risco de ser dogmático e injusto” (LA TAILLE, 2006, p. 74). Dessa forma, a regra sem princípio acaba sendo vazia, não permitindo que ela seja interiorizada pelo sujeito.

Outro ponto interessante que vale a pena ser resgatado para compreender o pensamento dos adolescentes no que tange ao não conduzir o carro reside no fato da perda da confiança dos pais. Tal questão é apontada no discurso cabo-verdiano (DSC 1CV) no momento que é mencionado: “vai quebrar a relação que se tem com

os pais, os pais não têm mais confiança nos filhos [...]. A pessoa se torna uma pessoa inconfiável”. Evidencia-se que o que acaba movimentando esses adolescentes a julgar que não realizariam a ação é o medo de perder o amor dos seus pais. Essa ideia é muito visível nas crianças (heteronomia infantil), nas quais o binômio medo/amor configura-se como a fonte afetiva do respeito moral aos pais (figuras de autoridade) (LA TAILLE, 2006). Calligaris (2000, p. 25) confirma que a insegurança é um traço próprio do adolescente, pois ele “vive a falta do olhar apaixonado que ele merecia quando criança e a falta de palavras que o admitam como par na sociedade dos adultos”. Dessa forma, o que se evidencia no DSC 1CV, possibilita inferir que a perda de confiança/amor dos pais se configura como fator significativo no pensamento dos adolescentes no momento de suas escolhas. Também se pode associar a questão do autorrespeito, visto que querer ser merecedor de confiança é um de seus traços essenciais (LA TAILLE, 2006).

Além dessas posições heterônomas evidenciadas, existem outras ideias que os adolescentes apontam para não realizarem a ação, como: “ficar ferido, não só ele, mas os amigos também, como outras pessoas” (DSC 1CV); “pode matar uma pessoa, os amigos podem morrer” (DSC 1CV); “prejudicar a vida de outras pessoas” (DSC 1BR). Nota-se que o pensamento centrado sobre si, típico da heteronomia, começa a introduzir a figura do outro, isto é, alguém além de si, que pode sofrer a consequência de suas ações. Esse avanço demonstra uma abertura dos valores e evidencia traços de descentração do pensamento. Esse cuidado para consigo, para com os amigos e para com outras pessoas permite evidenciar uma ideia de respeito pelos outros, o qual é movido pelo sentimento de solidariedade, que é o substrato afetivo que sustenta e impulsiona ações individuais e coletivas (GONÇALVES, 2015). É possível também verificar uma descentração do sujeito, que, ao conseguir colocar-se no lugar do outro, consegue tomar consciência das implicações e consequências que suas ações terão, não somente a si, mas também sobre os outros.

Nos discursos em que os adolescentes julgam que o protagonista do dilema iria sair para dar uma volta de carro com seus amigos, mesmo após terem consumido bebidas alcoólicas (DSC 2CV e DSC 2BR), novamente, evidencia-se força no pensamento heterônimo, com a diferença de que a figura de respeito não são os pais ou a polícia, mas os próprios amigos. Quando relatam que o adolescente iria optar por tal ação pela influência dos amigos, tal pensamento é acentuado, pois, como apontam Mezzaroba e Martins (2015), o grupo acaba exercendo força sobre os adolescentes, determinando seus hábitos e comportamentos. Assim não se alcança a autonomia, pois

[...] somente age moralmente quem se sente intimamente obrigado a tal, e não que é coagido por algum poder exterior. Logo, o sujeito moral é, por definição, livre, porque é ele mesmo quem decide agir por dever. Dito de outra forma, somente é moral quem assim o quer (LA TAILLE, 2006, p. 53-54).

No momento em que consideram que podem sofrer influência dos amigos para agir, eles não estão tendo um pensamento que possibilite uma ascensão à autonomia. Mezzaroba e Martins (2015, p. 187) constatam, no que tange ao consumo de bebidas, que, por vezes, “o jovem pode julgar de uma forma incorreta o fato de embriagar-se, mas cede às convenções sócio organizativas do grupo. Para não ficar de fora, embora julgue moralmente incorreto, continua a beber sob a pressão da turma”.

No DSC 2CV, os adolescentes mencionam que, “para decidir num momento, é muita, muita personalidade mesmo”. A ideia de “personalidade” é interpretada como consistindo em uma autonomia para dizer não aos amigos, mesmo que isso acarrete o risco da perda desses. Nesse contexto, os sujeitos mencionam que os adolescentes necessitam muito da afetividade, de estarem incluídos em um grupo, o que contribui para que ajam de maneira heterônoma em relação aos próprios pares. Para que tal dependência não faça com que o adolescente aja de uma forma diferente da qual julga ser a adequada, entende-se que é necessário o desenvolvimento da autoestima, da autoconfiança e do autorrespeito, que permitirá “uma capacidade reflexiva que permite o conhecimento das próprias capacidades, interesses, habilidades, preferências, limitações, aspirações, possibilidades, valores etc. A possibilidade de sentir, interpretar e perceber as próprias necessidades e os próprios desejos” (GONÇALVES, 2015, p. 57).

## É hora de “pisar no freio”: considerações finais

Ao realizar o estudo em dois contextos geográficos e culturais distintos, pode-se observar que nenhuma diferença expressiva, em relação aos valores morais e aos juízos elaborados no que tange à prevenção de acidentes no trânsito, foi observada entre eles. Tal fato pode ser explicado por La Taille (2001, p. 81), quando expõe que existe “uma universalidade no que tange aos sistemas morais e éticos”. Para o autor, “as opções morais e éticas das pessoas não dependem exclusivamente do fato de elas pertencerem a determinada cultura, mas dependem também de construções psíquicas que delimitam e restringem as escolhas” (LA TAILLE, 2001, p. 81).

O título do artigo inicia com um fragmento do samba de enredo de 2004 do Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Independente de Padre Miguel, o

qual era intitulado “Não corra, não mate, não morra. Pegue carona com a Mocidade!”. Assim, para finalizar o artigo, irei resgatar outras partes do samba. A escolha para realizar esse resgate reside em compreender que partes desse samba se interligam com o que foi discutido no trabalho: “Basta de tanto acidente. Não seja imprudente [...]. Seja mais consciente. A vida é um presente. Chegou a hora de mudar. Sai desse ‘pega’ moleque. Pisa no breque. Tem alguém a te esperar [...]. Proteja quem te ama. Siga em paz na direção”<sup>5</sup>.

Ao analisar os dados apresentados à luz do referencial escolhido, é possível se questionar sobre: o que é necessário para diminuir a imprudência no trânsito e contribuir para que os sujeitos sejam mais conscientes? Pelos dados que foram obtidos e pela discussão estabelecida, observa-se que a heteronomia exerce força no pensamento dos adolescentes participantes do estudo, visto que a obediência às normas socialmente instituídas, o cumprimento da regra em função do outro (autoridade ou alguém hierarquicamente superior), o medo da sanção que possam vir a receber, o medo de perder o amor de seus pais e a influência dos amigos habitam o imaginário dos adolescentes, para expressar os argumentos para a realização ou não da ação de conduzir um veículo alcoolizado e/ou sem possuir a habilitação. Tal evidência corrobora o que foi postulado por La Taille (2009) sobre a força da heteronomia, visto que o autor infere que existem pessoas autônomas, mas a autonomia é rara, visto que a maioria das pessoas são heterônomas.

As posturas heterônomas não possibilitam que o indivíduo “seja mais consciente”, como “pede” a letra do samba enredo apresentado. Constatou-se que as regras (possuir habilitação e a proibição de dirigir após consumir álcool, por exemplo) dizem ao indivíduo o que fazer, mas não apresentam o porquê de se fazer ou não determinada ação. A carência dessa conscientização da regra para o sujeito dificulta a sua compreensão no que tange à prevenção de acidentes no trânsito.

Concebo que, para o sujeito não se expor e colocar sua vida em risco, em um acidente de trânsito, é necessário que ele compreenda que “a vida é um presente”. O DSC 1BR, produzido com dados oriundos dos discursos dos adolescentes brasileiros, trouxe a seguinte ideia: “Não vale a pena correr esse risco, tu é jovem ainda, pode perder a vida. Tá louco. 16 anos ainda. Tem toda uma vida pela frente”. Esse fragmento nos possibilita compreender que a vida aparenta ter um valor significativo para esses adolescentes. Assim, compreende-se ser necessário que o próprio indivíduo adolescente se perceba como alguém de valor, sabendo que “tem alguém a lhe esperar” e que deve se proteger, para “proteger a quem lhe ama”, parafraseando o samba da Mocidade. Para isso, é preciso o desenvolvimento da autoestima, da autoconfiança

e do autorrespeito. Também é necessária a construção de representações de si com valor positivo, as quais devem atribuir alto valor à sua própria vida, para que assim seja possível preservar sua saúde, obtendo sucesso na expansão de si mesmo.

O estudo possibilitou compreender que o sujeito adolescente tem suas condutas influenciadas pelo pensar e pelo agir moral, bem como pelos valores que o constituem. Dessa forma, como destacam Faria e Braga (1999, p. 105):

Não é possível mudar comportamentos no trânsito abordando o tema como tem sido feito no Brasil. O tema precisa ser inserido num contexto mais amplo, onde a criança e o adolescente possam refletir sobre os aspectos éticos do comportamento no trânsito, para assim entender os motivos das regras de trânsito (a segurança para todas as pessoas) e adotar comportamentos humanos no trânsito.

Com esse entendimento, assim como Marinho e Silva (2018), concebo que o modo de estruturação das práticas de educação em saúde na escola deve ser aquele que vise uma compreensão. Esse modo de estruturação proporciona uma mudança de pensamento, pois, ao apresentar variadas possibilidades (as quais oportunizam a escolha do indivíduo), contribuem com o desenvolvimento da autonomia do sujeito.

Dessa forma, proponho algumas indicações sobre como a escola e os espaços de educação não formal podem contribuir para o desenvolvimento de práticas focadas na prevenção de acidentes no trânsito junto aos adolescentes. Para isso, compreendo que, quando se busca desenvolver ações para contribuir com a preservação da saúde desses sujeitos, não se pode pensar apenas em campanhas e ações explicativas, que visam elucidar a consequência das ações das más condutas. Com o que foi evidenciado nesta investigação, deve-se pensar em ações que se voltem para a construção e a consolidação de valores positivos sobre si mesmos, como uma forma integradora e significativa de cuidado. Um trabalho com dilemas morais de saúde, podendo ser como o elaborado para este estudo ou outros que forem mais apropriados, acaba por mobilizar os adolescentes, pois permite projeção, auxilia na superação da inibição, promove diálogo entre pares, favorece o respeito mútuo e uma compreensão mais holística da saúde.

Outra alternativa para trabalhar com essa questão seria a proposta por La Taille (2009), a qual promove a manifestação e o desabrochar de certos sentimentos morais. Ao transpor a proposta do autor para as ações de educação em saúde e educação para o trânsito, concebe-se que, ao possibilitar a reflexão dos adolescentes sobre o valor humano dos sentimentos morais, como por exemplo simpatia e confiança, poderá ser possível a adoção de condutas de saúde mais imbricadas, que levem à preservação da vida do sujeito.

## Nota

- 1 Questionamento elaborado com base em parte do samba de enredo do ano de 2004: “Não corra, não mate, não morra. Pegue carona com a Mocidade!”, do Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Independente de Padre Miguel.
- 2 Realizado com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Programa Pró-Mobilidade Internacional da Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP) – processo n. 3283/15-1.
- 3 Informações disponíveis em: <http://igae.cv/igae/2019/05/02/parlamento-de-cabo-verde-aprova-lei-que-proi-be-alcool-para-menores-de-18/>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- 4 Na variante da Língua Portuguesa utilizada em Cabo Verde, os adolescentes utilizam a palavra *fixe* para o que na variante brasileira chamamos de legal.
- 5 Disponível em: <https://www.galeriadosamba.com.br/escolas-de-samba/mocidade-independente-de-padre-miguel/2004/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

## Referências

ANJOS, José Carlos Gomes dos. Sexualidade juvenil de classes populares em Cabo Verde: os caminhos para a prostituição de jovens urbanas pobres. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 163-177, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a11v13n1.pdf>. Acesso em: 23 out. 2015.

BARBOSA, Caroline Garpelli; MELCHIORI, Lígia Ebner; NEME, Carmen Maria Bueno. Morte e desenvolvimento humano. *Paidéia*, v. 21, n. 49, p. 175-185, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3054/305423783005/>. Acesso em: 06 out. 2017.

BENINCASA, Miria; REZENDE, Manuel Morgado. Percepção de fatores de risco e de proteção para acidentes de trânsito entre adolescentes. *Boletim de Psicologia*, v. 56, n. 125, p. 241-256, dez. 2006. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0006-59432006000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432006000200008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 16 set. 2017.

BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. *Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997*. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, DF, 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19503.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503.htm). Acesso em: 23 jul. 2020.

CALLIGARIS, Contardo. *A adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000.

CABO VERDE. *Decreto-Legislativo n. 4/2005*. Aprova o Novo Código de Estrada. Assembleia Nacional, 2005. Disponível em: <https://www.estradas.cv/site/index.php/developers-2/send/7-legislacao-rodoviaria/38-decreto-legislativo-4-2005-aprova-o-novo-co-digo-de-estrada>. Acesso em: 23 jul. 2020.

CABO VERDE. *Lei n. 51/IX/2019*. Estabelece o regime de disponibilidade, venda e consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos, locais abertos ao público e locais de trabalho dos serviços e organismos da Administração Pública central e local e das entidades privadas. Assembleia Nacional, 2019. Disponível em: <http://igae.cv/igae/2019/05/02/parlamento-de-cabo-verde-aprova-lei-que-proi-be-alcool-para-menores-de-18/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

CRUZ, Luciana A. Nogueira da; SILVA, Izabella Alvarenga; TEIXEIRA, Patrícia Santos. A vulnerabilidade do adolescente frente ao consumo de bebidas alcoólicas. In: MARTINS, Raul Aragão; CRUZ, Luciana A. Nogueira da. *Desenvolvimento sócio moral e condutas de risco em adolescentes*. Campinas: Mercado de Letras, 2015. p. 101-115.

FARIA, Eloir de Oliveira; BRAGA, Marilita Gnecco de Camargo. Propostas para minimizar os riscos de acidentes de trânsito envolvendo crianças e adolescentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 95-107, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81231999000100008>. Acesso em: 29 jun. 2020.

FRANÇOSO, Lucimar Aparecida. Mortalidade na adolescência: grave problema de saúde pública. *Revista Paulista de Pediatria*, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 164, dez. 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/4060/406038914001.pdf>. Acesso em: 03 out. 2017.

FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. Autonomia moral na obra de Jean Piaget: a complexidade do conceito e sua importância para a educação. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 19, p. 11-22, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.243>. Acesso em: 14 out. 2016.

GATTI, Bernardete Angelina. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília, DF: Liber Livros, 2005.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. *Construção da identidade moral e práticas educativas*. Campinas: Papyrus, 2015.

KAWASHIMA, Rosana Akemi; MARTINS, Raul Aragão; BATAGLIA, Patrícia Unger Raphael. Histórias e dilemas morais com crianças: instrumento para pesquisadores e educadores. *Interfaces da Educação*, Paranaíba, v. 6, n. 16, p. 211-230, 2015. Disponível em: <http://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/439>. Acesso em: 15 mar. 2015.

LA TAILLE, Yves de. A questão da indisciplina: ética, virtude e educação. In: DEMO, Pedro; LA TAILLE, Yves de; HOFFMANN, Jussara. *Grandes pensadores em educação: o desafio da aprendizagem, da formação moral e da avaliação*. Porto Alegre: Mediação, 2001. p. 67-98.

LA TAILLE, Yves de. *Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LA TAILLE, Yves de. *Formação ética: do tédio ao respeito de si*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LA TAILLE, Yves de. A escola e os valores: a ação do professor. In: LA TAILLE, Yves de; JUSTO, José Serza; PEDRO-SILVA, Nelson. *Indisciplina, disciplina: ética, moral e ação do professor*. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. p. 05-28.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. *Discurso do Sujeito Coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*. 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2005.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. *Pesquisa de representação social: um enfoque quali-quantitativo: a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo*. 2. ed. Brasília: Liber Livros, 2012.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. Discurso do Sujeito Coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas. *Texto Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 502-507, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072014000000014>. Acesso em: 17 nov. 2016.

MARINHO, Julio Cesar Bresolin; SILVA, João Alberto da. Os modos de estruturação da Educação em Saúde na escola. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, v. 17, n. 3, p. 711-731, 2018.

MEZZAROBBA, Solange Maria Beggiano; MARTINS, Raul Aragão. Concepções sócio morais em adolescentes que bebem. In: MARTINS, Raul Aragão; CRUZ, Luciana A. Nogueira da. *Desenvolvimento socio moral e condutas de risco em adolescentes*. Campinas: Mercado de Letras, 2015. p. 165-194.

PIAGET, Jean. *O juízo moral na criança*. (1932). 4. ed. São Paulo: Summus, 1994.

PREVEDELLO, Bruna Pivetta; PEREIRA, Adriana Dall'Asta; SOUZA, Martha; FERREIRA, Carla Lizandra de Lima. Álcool no cotidiano dos adolescentes: reflexões para a prevenção. *Disciplinarum Scientia. Série: Ciências da Saúde*, Santa Maria, v. 17, n. 2, p. 291-300, 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.unifra.br/index.php/disciplinarumS/article/view/2037>. Acesso em: 05 out. 2017.

PUIG, Josep Maria. *Ética e valores: métodos para um ensino transversal*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1988.

RODRIGUEZ, Cláudia Fernanda. *O que os jovens têm a dizer sobre a adolescência e o tema da morte?* 2005. 256 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

RODRIGUEZ, Cláudia Fernanda; KOVÁCS, Maria Julia. Falando de morte com o adolescente. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 127-143, 2005a. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/11161/8861>. Acesso em: 06 out. 2017.

RODRIGUEZ, Cláudia Fernanda; KOVÁCS, Maria Julia. O que os jovens têm a dizer sobre as altas taxas de mortalidade na adolescência? *Imaginario*, São Paulo, v. 11, n. 11, p. 111-136, dez. 2005b. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-666X2005000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2005000200006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 03 out. 2017.

SAMPAIO FILHO, Francisco Jucier Luz; SOUSA, Pedro Ricardo Mesquita de; VIEIRA, Neiva Francenely Cunha; NÓBREGA, Maria de Fátima Bastos; GUBERT, Fabiane do Amaral; PINHEIRO, Patrícia Neyva da Costa. Percepção de risco de adolescentes escolares na relação consumo de álcool e comportamento sexual. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, v. 31, n. 3, p. 508-514, set. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1983-14472010000300014>. Acesso em: 19 nov. 2017.

SANTROCK, John S. *Adolescência*. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

SBP DA. Uso e abuso de álcool na adolescência. *Adolescência & Saúde*, v. 4, n. 3, p. 6-17, jul./set. 2007. Disponível em: [http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe\\_artigo.asp?id=93](http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=93). Acesso em: 16 set. 2017.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.